



ARTIGO / ARTICLE

**A TRAJETÓRIA DAS DECLARAÇÕES CLIMÁTICAS NO TURISMO:  
UM ENFOQUE SOBRE A DECLARAÇÃO DE GLASGOW**

*THE TRAJECTORY OF CLIMATE DECLARATIONS IN TOURISM: A FOCUS ON THE GLASGOW  
DECLARATION*

Antonio Rafael Barbosa de Almeida<sup>1</sup>  
Kerlei Eniele Sonaglio<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo geral discutir o papel, a relevância e a efetividade das declarações climáticas instauradas no âmbito do turismo mundial, com destaque para a Declaração de Glasgow sobre Ação Climática no Turismo, lançada no ano de 2021 durante a realização da 26ª Conferência das Partes (COP26). Também busca a compreensão das suas possíveis contribuições e lacunas aos processos que envolvem a mitigação e a adaptação, com maior ênfase para os mecanismos que se voltam a limitar a geração de gases de efeito estufa (GEE) e a descarbonização gradativa do setor turístico. Para tanto, adota-se nesse estudo as estratégias da pesquisa qualitativa, operacionalizada por meio da revisão da literatura e da pesquisa documental, esta última realizada a partir da seleção e análise das três principais declarações pactuadas pelo setor do turismo nas últimas duas décadas que tratam das mudanças climáticas, bem como de outras publicações provenientes de entidades representativas do turismo mundial sobre essa temática. Como principais resultados a pesquisa identificou que as declarações climáticas elaboradas pelos organismos representativos do turismo buscam oferecer respostas às pressões instauradas pelos acordos climáticos globais, a exemplo do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris, em ações para a redução ou eliminação das emissões de GEE. Nesse sentido, a Declaração de Glasgow estabeleceu um novo pacto para o cumprimento de objetivos e metas para a descarbonização e que buscam alcançar o *netzero* até o ano de 2050. No entanto, apesar da recente atenção dada pelas lideranças empresariais e governamentais envolvidas com o turismo ao firmarem compromissos com a declaração, o setor ainda apresenta um longo horizonte para a efetiva implementação do ato declaratório e o alcance de suas intenções, o que pode por em dúvida a efetividade de seus resultados futuros em favor de um cenário de plena descarbonização. **Palavras-chave:** Declaração de Glasgow; descarbonização; mudanças climáticas; turismo.

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGTUR/UFRN), mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente e Bacharel em Turismo pela UFPB. Professor Assistente do curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: antoniorafael@ccsa.uespi.br.

<sup>2</sup> Doutora em Engenharia Ambiental (UFSC) e Bacharel em Turismo (ESTH). Professora Associada no Centro de Excelência em Turismo (CET) da Universidade de Brasília (UnB) e professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Turismo da UFRN (PPGTUR/UFRN). E-mail: kerlei.sonaglio@unb.br.



**ABSTRACT:** This study aims to analyze the role, relevance, and effectiveness of climate declarations established within the global tourism sector, with particular emphasis on the Glasgow Declaration on Climate Action in Tourism, launched in 2021 during the 26th Conference of the Parties (COP26). It also seeks to understand the potential contributions and shortcomings of these declarations in processes related to mitigation and adaptation, with a particular focus on mechanisms aimed at limiting greenhouse gas (GHGs) emissions and promoting the gradual decarbonization of the tourism sector. To achieve this objective, this study adopts qualitative research strategies, operationalized through a literature review and documentary research, the latter involves the selection and analysis of the three main declarations agreed upon by the tourism sector over the past two decades addressing climate change, as well as other publications issued by global tourism representative entities on this topic. The research identified that climate declarations developed by tourism's representative bodies aim to respond to the pressures imposed by global climate agreements, such as the Kyoto Protocol and the Paris Agreement, through actions focused on reducing or eliminating GHGs emissions. In this context, the Glasgow Declaration establishes a new pact to achieve objectives and targets for decarbonization, aiming to reach net-zero emissions by 2050. However, despite the recent attention given by business and governmental leaders in the tourism sector to committing to this declaration, the sector still faces significant challenges in effectively implementing the declaratory act and achieving its intended goals. This raises questions about the effectiveness of its future outcomes in advancing a fully decarbonized scenario. **Keywords:** Glasgow Declaration; decarbonization; climate change; tourism.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho parte da influência inequívoca da ação humana no aquecimento terrestre e na intensificação dos extremos climáticos em todas as regiões do planeta (IPCC, 2021), que tem sido tratada de modo cada vez mais evidente e urgente por cientistas do clima em todo mundo, e que tem seus dados reunidos, sistematizados e apresentados em relatórios do *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC). Também repercute o necessário envolvimento das diferentes partes interessadas – governos, entidades empresariais e sociedade civil - por meio da governança internacional para o clima no estabelecimento de orientações e medidas que visem conter as emissões de CO<sub>2</sub> na atmosfera terrestre e, desta forma, limitar o aumento da temperatura da Terra nas próximas décadas.

Nesse sentido, tem sido considerada fundamental a participação de setores econômicos estratégicos e das diferentes esferas de decisão no diálogo e no desenvolvimento de medidas de mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças no clima. A realização de encontros internacionais, como a Conferências das Partes (COP), é um dos principais mecanismos para a efetivação de acordos ligados à redução das emissões de gases contribuintes ao efeito estufa. A realização das COP tem pautado a agenda climática mundial nas últimas três décadas, com o envolvimento de lideranças de diferentes instâncias, que, não raro, apresentam posições antagônicas e divergentes.

Tratada como “a última chance para limitar o aquecimento da Terra<sup>3</sup>”, a 26<sup>a</sup> Conferência das Partes sobre o Clima (COP26), ocorrida em novembro de 2021 em Glasgow, na Escócia, reafirmou o necessário cumprimento do Acordo de Paris (2015), instrumento que preconizou o compromisso das lideranças nacionais para a manutenção da agenda climática global, com os esforços direcionados para a manutenção das temperaturas médias globais entre 1,5 a 2,0°C acima daquelas registradas na era pré-industrial, por meio da definição de metas ambiciosas de redução

<sup>3</sup> Frase atribuída ao político britânico e presidente da COP26, Alok Sharma, em seu discurso de abertura da conferência, em 31 de outubro de 2021 (Agência Brasil, 2021).



de emissões de gases de efeito estufa (GEE) para 2030 e 2050 (Higham; Font & Wu, 2022). Dentre os resultados setoriais da referida conferência, esteve o lançamento e assinatura da Declaração de Glasgow sobre Ação Climática no Turismo, pacto que agregou diferentes atores do turismo no mundo para, sobretudo, o controle das emissões de gases estufa na atmosfera proveniente das diferentes atividades estabelecidas no domínio do setor do turismo.

A Declaração de Glasgow, embora não seja o primeiro compromisso voluntário do setor turístico global em favor do estabelecimento de medidas que tratam das mudanças climáticas, se revela como um instrumento fundamental para sensibilizar e comprometer empresas, governos e demais partes interessadas no desenvolvimento de estratégias e ações que envolvam a mensuração, mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Apesar de ser um dos principais esforços para zerar as emissões de carbono do turismo, a operacionalização da declaração pode se revelar complexa e, de certo modo, sofrer com a baixa mobilização e aplicabilidade aos cenários locais, contando ao seu desfavor a baixa atenção e efetividade de outras iniciativas e instrumentos que no passado se propuseram a mitigar os impactos e limitar as emissões de GEE provenientes do turismo.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo geral discutir o papel, a relevância e a efetividade das declarações climáticas instauradas no âmbito do turismo, com destaque para a Declaração de Glasgow e as suas possíveis contribuições e lacunas para limitar a emissão de gases contribuintes para o efeito estufa pelo setor. Para o cumprimento de suas intenções, este estudo partirá de uma abordagem qualitativa, por meio da revisão narrativa da literatura e da pesquisa documental das três declarações de abrangência mundial elaboradas e pactuadas pelas entidades representativas do turismo global. Ainda serão abordados e analisados os documentos que tratem a questão climática em geral, a exemplo dos tratados e acordos climáticos internacionais, e em particular, publicações de apoio às declarações climáticas assinadas setorialmente.

## **A GOVERNANÇA GLOBAL DO MEIO AMBIENTE E DO CLIMA**

Sob a égide e a liderança da Organização das Nações Unidas (ONU), o meio ambiente se tornou uma das pautas prioritárias no tocante à cooperação e à governança internacional a partir da década de 1970 (Oliveira, 2022; Veiga, 2013). Nesse contexto, a realização da Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo/Suécia, 1972) inaugurou uma série de eventos globais para tratar de assuntos ligados à conservação da natureza e ao meio ambiente. Esse mesmo período também foi marcado por tensões e conflitos nos planos ideológico e bélico entre as nações, com forte embate entre os países e as suas diferentes concepções e estágios de desenvolvimento (Oliveira, 2022; Berchin & Carvalho, 2016).

A cúpula ocorrida em 1972, mesmo cumprindo o seu objetivo de chamar atenção do mundo para as problemáticas que envolvem a relação homem e ambiente, não atendeu às expectativas iniciais e teve os seus resultados esperados encobertos pela crise econômica de 1974 em torno do petróleo (Martine & Alves, 2019). Transcorridas cerca de cinco décadas após a Conferência de Estocolmo, “a questão ambiental deixou de ser assunto alternativo para se tornar tema central e orgânico no xadrez geopolítico e geoeconômico internacional” (Oliveira, 2022, p.1). Desde então, a realização de cúpulas e conferências internacionais, a exemplo da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco 92), tem possibilitado o maior diálogo entre as partes e a consequente assinatura de acordos, declarações e tratados ambientais com o



envolvimento de chefes de Estado e de lideranças do setor produtivo mundial, de representações de organizações não governamentais e da comunidade acadêmica.

Assim, destaca-se o papel relevante e fundamental das conferências e dos acordos internacionais na construção de uma consciência global e o alcance, ainda que de modo paulatino e não totalmente suficiente, de certa consonância entre os países, que auxiliaram na mobilização para as causas ambientais urgentes (Berchin & Carvalho, 2016). Apesar dos avanços na governança ambiental global, este processo não está livre de entraves e críticas, como as tratadas por Oliveira (2022), que identificou barreiras ao desenvolvimento pleno de uma política internacional voltada ao meio ambiente. O autor ainda apontou questões como a fragilidade dos acordos e das metas globais e, até mesmo, diferenças nos âmbitos social, econômico, político e cultural dos países envolvidos nas negociações como entraves para a maior efetividade no delineamento de medidas ambientais e climáticas no plano internacional.

A ação global em torno da incorporação de medidas para a redução dos impactos antropogênicos ao sistema terrestre tem se voltado, sobretudo, ao compromisso em barrar a elevação da temperatura do planeta, por meio da diminuição paulatina das emissões de gases contribuintes para o efeito estufa. Do ponto de vista da governança climática internacional, a realização da Primeira Conferência Mundial do Clima (Genebra, Suíça, 1979) acendeu o alerta global das cinquenta nações participantes, que concordaram na adoção de medidas urgentes frente às tendências alarmantes das mudanças climáticas (Ripple et al., 2020).

A partir de 1990, ações e estratégias mais concretas e sistemáticas foram delineadas na tentativa de estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera terrestre, a exemplo do lançamento do primeiro relatório de avaliação (AR1), em 1990, pelo ainda recém-criado Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), da adoção da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) (1992), do início da realização das Conferências das Partes para o Clima (COP) e da assinatura do Protocolo de Quioto (1997). Os avanços ora pontuados ocorreram em um momento em que a ciência já se dedicava com maior veemência a sobre as questões ambientais e climáticas e a mídia tratava, mesmo que com pouca projeção, sobre os avanços e percalços da política internacional para o clima.

Ao final do século XX, um cenário de atenção e de expectativas foi gerado com a instauração do Protocolo de Quioto, por resultado da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP3), em dezembro de 1997. O referido instrumento teve como missão a operacionalização da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, com o estabelecimento de princípios e de compromissos dos países desenvolvidos e as economias em transição para limitar e reduzir as emissões de gases contribuintes para o efeito estufa (Brasil, 20XX).

Considerado um marco político para o clima, o Protocolo de Quioto frustrou os negociadores e a comunidade científica internacional (Martine & Alves, 2019). Tardiamente efetivado (apenas entrou em vigor em 2005), o tratado não reverteu as curvas globais de emissões de GEE, e enfrentou problemas em sua vigência, a exemplo da recusa de países como os Estados Unidos em ratificá-lo, a falta de consenso e as críticas quanto a não contribuição de países em desenvolvimento nas metas de redução de emissão e a inércia dos países assinantes na execução de ações que promoveriam algum impacto nas emissões (Rabe, 2007).

Após sucessivos esforços, a partir de recorrentes encontros e negociações entre governos e entidades internacionais, o ano de 2015 revelou uma nova configuração na agenda ambiental e climática planetária. Naquele ano, assistiu-se o anúncio, durante a



Assembleia Geral das Nações Unidas, da instauração da chamada Agenda 2030, agenda esta que apresentou para o mundo os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Além de suplantarem os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a agenda 2030 e os ODS estabeleceram um novo pacto entre as nações desenvolvidas e em desenvolvimento, organizações privadas, instituições de pesquisa e comunidade científica, mídia e a sociedade em torno de 17 objetivos centrais e 169 metas (ONU, 2015). Nesta agenda, é notória a intenção em destacar as questões que envolvem a mudança climática, com o direcionamento do objetivo 13 para tratar sobre este assunto, além de mencionar o tema transversalmente nas metas e ações de outros objetivos.

Também em 2015, líderes e negociadores de 195 países se reuniram na 21ª edição da Conferência das Partes, em Paris, França. Na COP21, os representantes dos países membros se comprometeram, por meio da assinatura do chamado Acordo de Paris, a continuarem com os investimentos e ações para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, no entendimento de que tal medida reduzirá significativamente os riscos e impactos das mudanças climáticas (Walsh et al., 2017). Todavia, a definição de metas de emissões líquidas zero impostas progressivamente pelo acordo, através das Contribuições Nacionais Determinadas (NDC), promove amplos desafios de natureza econômica, social e política aos governos nacionais, que também devem criar meios para incentivar os setores produtivos na transição para uma economia de baixo carbono (Jones, 2023).

Este cenário tem implicado na maior atenção dos diferentes setores produtivos e da sociedade na adoção de medidas que limitem os efeitos de suas ações ao clima e busquem caminhos ambiciosos para a neutralidade, por meio da eliminação no uso dos combustíveis fósseis e no investimento e adoção das energias renováveis (Higham et al., 2022). No caso do turismo, a limitação das emissões de carbono na atmosfera gera a expectativa de promover um panorama de crescente pressão nas instituições e organizações e pode fazer com que as empresas se voltem a medir, monitorar e reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE), conforme apontado por Becken (2019).

Considerando isso, as entidades representativas do setor lançaram nos últimos 20 anos diferentes documentos conjuntos que buscam reforçar seus compromissos com a questão ambiental e climática. Contudo, estas declarações nem sempre atendem ao estado situacional e a urgência dos desafios que se impõem a partir da mudança significativa das operações e processos inerentes aos diferentes campos e atividades do turismo. Na sequência serão analisadas as declarações climáticas pactuadas pelo setor turístico global e suas contribuições em aspectos como a redução das emissões de GEE, a mitigação de impactos e a adaptação.

## **DECLARAÇÕES E OUTROS ESFORÇOS DA AGENDA CLIMÁTICA NO TURISMO**

Diante do iminente estado de crise ambiental e climática, e a partir do ponto de vista da cooperação e da agenda política internacional, a atenção do turismo frente às mudanças do clima tem se delineado, sobretudo, por meio da realização de conferências e outros eventos setoriais que resultam em orientações, declarações e relatórios em que, de modo geral, se reconhecem as vulnerabilidades e as contribuições do turismo frente às mudanças climáticas (Scott & Gössling, 2022). Nesse sentido, são destacadas nesta seção as três principais declarações em que o setor turístico, com forte articulação da Organização Mundial do Turismo (OMT) e outras entidades, se dedica a tratar a pauta das mudanças climáticas, bem como se buscará analisar os seus respectivos contextos de



pactuação. De modo complementar, também serão pontuados outros documentos norteadores que abordam o turismo no contexto das mudanças do clima.

A Declaração de Djerba, resultante da Primeira Conferência Internacional sobre Mudanças Climáticas e Turismo, ocorrida no ano de 2003, em Djerba, Tunísia, pode ser apontada como o primeiro documento declaratório que abordou a necessária atenção do setor de turismo para os efeitos das mudanças climáticas na Terra. Sob a convocação da OMT e o apoio do governo da Tunísia e de outras entidades parceiras, a conferência contou com a participação de diferentes atores do turismo de 45 países. A sua realização esteve interessada em ampliar a conscientização sobre as implicações das mudanças climáticas ao turismo, em um momento em que o debate público sobre o assunto ainda pouco interessava aos tomadores de decisão do setor.

Embora o texto da Declaração de Djerba reconheça a relação de “mão dupla” entre o fenômeno turístico e as alterações no clima, há ênfase sobre os possíveis impactos e efeitos das alterações climáticas na dinâmica turística em detrimento das possíveis interferências que a prática turística poderia gerar ou potencializar (Scott & Gössling, 2022). A declaração afirmou o caráter relativamente inicial das projeções climáticas e as incertezas científicas quanto aos impactos e extensão das alterações promovidas pelas mudanças do clima no início do século XX. Ainda assim, a referida declaração se apoiou em convenções e declarações climáticas em vigor na época, com destaque para o Protocolo de Quioto, e nas análises contidas no Terceiro Relatório de Análise (AR3) do IPCC. O documento ainda enfatizou a expectativa de que novos estudos e previsões cientificamente mais seguras fossem lançadas no futuro (OMT, 2003), bem como aguardava o maior envolvimento e atenção das instituições internacionais, incluindo o IPCC, e de pesquisadores do turismo nesse campo de estudo e no apoio dos organismos internacionais o apoio aos governos locais na implementação de medidas de adaptação e mitigação à mudança do clima.

Em 2007, foi então realizado um novo encontro entre os líderes mundiais do turismo para continuar e reposicionar as discussões iniciadas quatro anos antes em Djerba. A Segunda Conferência Internacional sobre Mudanças Climáticas e Turismo, realizada em Davos (Suíça), reuniu um número mais significativo de participantes que a primeira, desta vez com a presença de 450 participantes entre representantes de organizações internacionais, governos nacionais, institutos de pesquisa e organizações não-governamentais, (Scott & Gössling, 2022) e foi marcada pela elaboração e adoção da Declaração de Davos: mudanças climáticas e turismo - respondendo aos problemas globais (OMT, 2008).

A declaração firmada em Davos reconheceu que “o setor do turismo deve responder rapidamente às alterações climáticas, no quadro da evolução da ONU e reduzir progressivamente a sua contribuição de gases com efeito de estufa (GEE) se quiser crescer de forma sustentável” (OMT, 2008, p.13), adotando, para isso, ações em torno da mitigação das emissões de gases de efeito estufa, a adaptação dos negócios e de destinos turísticos, a aplicação de tecnologias de eficiência energética e a garantia de recursos para o auxílio aos países em desenvolvimento. Nessa direção, a declaração demonstra um escopo mais abrangente ao ser comparada com a primeira (Declaração de Djerba), que enfatiza os aspectos da adaptação do setor às mudanças climáticas (Scott & Gössling, 2022). O documento também avança ao apontar compromissos específicos para as partes interessadas do turismo: governos e organizações internacionais, indústria e destinos turísticos, consumidores e redes de pesquisa e comunicação, ainda que não tenha oferecido um horizonte claro de objetivos e metas a serem alcançadas



pelo setor, e tampouco estabeleceu um compromisso efetivo para além do campo do discurso e das intenções das instituições envolvidas.

Além da publicação da Declaração de Davos, a realização da segunda conferência resultou no lançamento do relatório “*Climate Change and Tourism: Responding to Global Challenges*”, documento que sistematizou os debates e decisões ocorridas na segunda conferência, com a inclusão de medidas recomendatórias mais abrangentes aos destinos e aos operadores turísticos no tocante aos aspectos da mitigação e adaptação. Em sua segunda parte, a publicação apresenta o relatório técnico produzido por especialistas e acadêmicos, estruturado da seguinte forma: sumário executivo, sete capítulos temáticos e dois anexos que tratam sobre métodos estimativos sobre o turismo mundial e o cálculo de emissões de GEE. Assim, o referido relatório constitui na primeira iniciativa para se estimar as emissões de CO<sub>2</sub> do turismo, a partir da análise dos seus três mais significativos subsetores (transportes, hotelaria e demais atividades), com a indicação de que cerca de 5% das emissões totais de CO<sub>2</sub> nas atividades humanas em 2005 foram geradas pela movimentação turística (OMT & ITF, 2019).

Transcorrida mais de uma década após a segunda conferência, período em que se assistiu a intensificação da crise climática no planeta e o crescimento intensivo do fluxo turístico no mundo, poucos esforços efetivos foram aplicados na intenção de convocar uma nova conferência, tal como fora recomendado pela Declaração de Davos (OMT, 2008). No entanto, o assunto não ficou totalmente adormecido no plano da governança turística internacional, já que se buscou aproximar o turismo à nova agenda de desenvolvimento da ONU: a Agenda 2030 e aos seus respectivos objetivos. A OMT e a Rede One Planet desenvolveram, a partir de fevereiro de 2015, o programa de Turismo Sustentável, que, conforme a OMT (20XX), apresenta três principais áreas de atuação, dentre as quais se insere o programa para a aceleração da ação climática no turismo.

Uma nova tentativa para o maior alinhamento dos atores do turismo mundial com a questão climática se deu no ano de 2018 a partir do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC). A entidade, que congrega importantes organizações privadas atuantes no setor de turismo, divulgou uma agenda conjunta para o cumprimento da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima. O anúncio ocorreu durante a COP24 (Katowice, Polônia), e envolveu questões relacionadas com o clima e a neutralidade nas emissões de GEE. Conforme Becken (2019), o WTTC firmou o compromisso, em conjunto com mais 14 organizações e agências internacionais, para o cumprimento do Acordo de Paris e o alcance da neutralidade climática (ou seja, emissões líquidas de GEE zero) até o ano de 2050 (UNFCCC, 2018). No ano seguinte, durante o Fórum Global de Ação Climática e Ambiental de Viagens e Turismo, a entidade apresentou um plano de ação para a sustentabilidade no setor de viagens e turismo em que demonstrou apoio ao:

developing ambitious climate strategies, such as setting science-based targets, and in reducing the impact of current activities, products and services by continuously using resources in more efficient ways. We will work to support energy efficiency measures, renewable energy, and waste reduction, both within companies and throughout the value chain. We will also work with governments to develop incentives for Members to invest in nature-based solutions (WTCC, 2019).

A partir da elaboração e do lançamento do plano de ação, o conselho elencou compromissos tangíveis para nortear a sua atuação e a de seus membros, dentre os quais: identificar e implementar novas estratégias e modelos de negócios baseados na



sustentabilidade, estabelecer metas de sustentabilidade com prazos definidos e envolver os consumidores (turistas) nas medidas para tornar as viagens mais sustentáveis (WTTC, 2019).

No ano de 2021, um novo passo foi dado para a elaboração de um novo pacto climático para o turismo, desta vez com a participação mais abrangente de outras partes interessadas, e que não envolvesse tão somente o setor privado, como tratadas nas orientações do WTTC. No início daquele ano foi então constituído o comitê responsável pela redação de um documento declaratório do setor turístico frente às mudanças do clima, que viria a ser apresentado na 26ª Conferência das Partes sobre o Clima (COP26), ocorrida no ano de 2021 em Glasgow, na Escócia (Scott & Gössling, 2022). O referido comitê dispôs da participação e colaboração de entidades representativas do setor, com a liderança da Organização Mundial do Turismo (OMT) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), e envolvimento do Conselho Nacional de Turismo da Escócia (VisitScotland), da entidade *Travel Foundation* e do movimento *Tourism Declares Climate Emergency*.

Conforme o documento “*How the Glasgow Declaration was prepared*” (One Planet, 2021), a elaboração da declaração foi iniciada no mês de março de 2021, com a criação de um comitê colaborativo com a participação de mais de 30 especialistas e organizações do setor. A Declaração de Glasgow, que tem como subtítulo “um compromisso com uma década de ação climática no turismo”, foi redigida a partir do documento elaborado pelo movimento *Tourism Declares Climate Emergency* e na intenção de desenvolver ações para ampliar a articulação e o comprometimento do setor de turismo antes, durante e após a realização da COP26, visando a sensibilização do setor para a necessária redução as emissões de GEE promovidas pelo turismo pelo menos pela metade na próxima década e atingir emissões líquidas zero (*netzero*) o mais rápido possível e antes de 2050 (One Planet, 2021).

Em análise do seu texto, nota-se que a Declaração de Glasgow se preocupou em realçar a crescente contribuição do turismo para o cenário das emissões de gases de efeito estufa entre os anos de 2005 a 2016. Por meio de dados da OMT e do Fórum Internacional de Transportes (ITF), a publicação reafirmou a urgência nas ações a serem aplicadas, ao passo que também identificou a maior vulnerabilidade do turismo frente às alterações no clima, a poluição e a perda da biodiversidade planetária. Ela também aborda de modo explícito o necessário esforço para que o aumento das temperaturas globais permaneça abaixo de 1,5°C em comparação às temperaturas pré-industriais, tal como preconiza o Acordo de Paris (One Planet, 2021) e apresenta o compromisso de descarbonização total do setor no horizonte de três décadas, sendo este o seu principal e mais complexo desafio.

A declaração, que foi instaurada no contexto da pandemia da COVID-19, traz menção à necessária recuperação responsável do turismo por razão dos efeitos da pandemia ao turismo. Ao passo que também reconheceu oportunamente que os efeitos gerados pelas alterações climáticas repercutem de modo desigual na sociedade, com a necessária maior atenção aos grupos sub-representados e minorias (mulheres, indígenas e pessoas com deficiência). Também reforçou que os pequenos Estados insulares afetados pelo avanço do nível do mar e que tem suas economias baseadas no turismo estão mais propensos aos efeitos e implicações das mudanças no clima. O documento ainda reiterou que uma transição justa e inclusiva para a descarbonização do setor deve priorizar os públicos de maior vulnerabilidade e o esforço em tratar o turismo não apenas pelo viés econômico, com o atendimento a medidas de regeneração



dos ecossistemas, da biodiversidade e das comunidades humanas (One Planet, 2021), algo não endossado nas declarações de Djerba e Davos.

Diferentemente das duas declarações anteriores, a de Glasgow estabeleceu medidas mais assertivas e exigências para os seus signatários. No ato de sua assinatura cada organismo/entidade estabelece o compromisso voluntário em elaborar e apresentar um plano de ação climática em até 12 meses ou, então, de atualizar ou implementar o referido instrumento, no caso de entidades que já possuam um plano de ações para mitigação e adaptação climática em vigência. Para a efetivação desse planejamento, o documento ainda apontou cinco caminhos que se voltam a acelerar e coordenar a ação climática no turismo, quais sejam: medir, descarbonizar, regenerar, colaborar e financiar (One Planet, 2021).

Conforme a declaração, a medição envolve a adoção de metodologias para os cálculos e estimativas de emissões relacionadas ao setor de viagens e turismo, com a atenção para que as medições estejam de acordo com as orientações da UNFCCC, bem como que os resultados sejam tratados de modo transparente e acessível. A descarbonização é tratada no documento como o passo que se volta a determinar e cumprir os objetivos de diminuição das emissões de gases estufa nas diferentes atividades afins ao turismo. A regeneração é abordada na declaração como estímulo à restauração e ao equilíbrio da natureza e de seus ecossistemas e biodiversidade. Ela também ressalta que o turismo seja capaz de apoiar comunidades e áreas vulneráveis aos impactos das mudanças do clima a partir de medidas que promovam a resiliência e a capacidade adaptativa dos destinos turísticos. A colaboração se refere ao intercâmbio de conhecimentos sobre riscos e soluções a partir de diferentes níveis e atores. Já como último passo elencado, o financiamento climático se volta a garantir a distribuição e a alocação de recursos para o cumprimento das metas e dos objetivos (One Planet, 2021).

Assim, sinteticamente, o texto da declaração chega ao fim com o reafirmar do necessário comprometimento dos signatários na elaboração e cumprimento dos planos de ação climática para que o *netzero* seja alcançado até 2050, contudo sem trazer a indicações e estratégias mais concretas e explicativas para o alcance dos objetivos propostos. Talvez por isso, de modo complementar, outras publicações foram paulatinamente lançadas após a Conferência de Glasgow para oferecer materialidade e sustentação às indicações tratadas pela declaração, entre diretrizes operacionais, guias de implementação e estudos de caso. Além disso, a One Planet e demais parceiros realizaram capacitações e eventos *on-line* que, conforme o portal da One Planet, foram voltados à propagação da declaração de Glasgow e a sensibilização em temas associados às mudanças climáticas, resiliência, descarbonização e regeneração do turismo, ampliando a sua aceitação.

Em matéria publicada ainda no mês de novembro de 2021, a OMT evidenciou a assinatura de mais de 300 organizações do turismo das diferentes partes do mundo e assinalou a adesão de importantes *players*. Dentre os signatários estavam órgãos oficiais de turismo de diferentes escalas, associações representativas, grandes grupos econômicos, dentre outros, com a sentida ausência da assinatura de entidades nacionais de turismo em seu lançamento (Higham, et al., 2022). Quatro meses após a publicação oficial da declaração, a OMT anunciou a marca de mais de 500 assinaturas, e destacou a adesão de três grandes organizações mundiais - Grupo *Expedia*, *Booking Holdings* e *Condé Nast* (OMT, 2022). No momento da redação desse trabalho, conforme a plataforma on-line da One Planet que registra os signatários da declaração, mais de 800 entidades e organizações, dentre negócios, organizações e destinos turísticos, haviam assinado o referido documento (One Planet, 2023).



Dentre os signatários da Declaração de Glasgow há a predominância de entidades e outros organismos sediados em países desenvolvidos localizados, sobretudo, na Europa. Conforme dados coletados em novembro de 2023, a ocorrência do maior número de assinantes foi registrada na Finlândia, com 66 signatários, no Reino Unido, Grã Bretanha e Irlanda do Norte, com 65 signatários, e na Espanha, com o total de 46 entidades assinantes. Já os países em desenvolvimento que mais se destacaram na assinatura do documento são representados pela Índia, Argentina e Brasil, que apresentavam, respectivamente, 21, 13 e 12 signatários (One Planet, 2023).

Apesar da aceitação paulatina de parte significativa dos atores do setor turístico no mundo, questiona-se aqui se a Declaração de Glasgow terá algum papel de relevância, efetividade e protagonismo no auxílio ao desenvolvimento e implantação de medidas de mitigação e adaptação climática no turismo que promovam a medição, a descarbonização, a colaboração e a regeneração do setor.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O reconhecimento de que o turismo é dependente de indústrias intensivas no uso de carbono, que inclui setores como o do petróleo, do aço, da construção e da eletricidade (Yang et al., 2022), e que a partir de sua própria dinâmica também contribui para as emissões de gases estufa na atmosfera pode ser apontado como passo inicial para o alcance da descarbonização e da regeneração do setor. Para que isso aconteça, os líderes do turismo têm apresentado declarações climáticas de adesão voluntária que, alinhadas a resoluções e acordos intergovernamentais e multilaterais vigentes, buscam sensibilizar as diferentes partes interessadas na adoção de soluções adaptativas e mitigadoras aos impactos das mudanças do clima.

As declarações sobre o clima são documentos redigidos coletivamente que, conforme Scott e Gössling (2022), abarcam uma série de orientações, preocupações, responsabilidades, aspirações e interesses de seus partícipes. Segundo os mesmos autores, elas incorporam o contexto em que foram elaboradas, como o avanço da ciência climática da época, as políticas vigentes, as pressões e a urgência em que foram redigidas e cunhadas. Tratam-se, portanto, de instrumentos que nem sempre atendem ao real estado de complexidade e a celeridade as quais as mudanças climáticas exigem, ou que não avançam de maneira contundente em suas orientações e, sobretudo, nos aspectos de sua operacionalização e de seus resultados.

Em síntese, a Declaração de Djerba (2003) carrega o feito de ter sido o primeiro documento declaratório que aborda a relação entre clima e turismo e, pelo momento em que foi elaborada, carrega algumas inconsistências, como o insuficiente reconhecimento das contribuições negativas do turismo às alterações climáticas e o caráter pouco urgente de sua mensagem. Já a Declaração de Davos (2007) impõe uma resposta célere do setor frente aos desafios climáticos e, dentre outros pontos, relaciona a redução progressiva das emissões de GEE com o crescimento sustentável do turismo por meio de ações de mitigação e adaptação, do investimento em tecnologias eficientes e da garantia de recursos financeiros, além de discorrer sobre o necessário monitoramento das emissões do setor. A Declaração de Glasgow (2021), por sua vez, fixou um prazo para a eliminação gradual do carbono no turismo e menciona a necessidade de uma transição justa e inclusiva. Ela também inovou ao direcionar a apresentação dos resultados alcançados anualmente pelos seus signatários (Scott & Gössling, 2022) e também deu sinais tímidos de que as métricas de desempenho deveriam se deslocar dos aspectos puramente econômicos para agregar valores ligados à regeneração.



Embora a declaração apresentada em Glasgow incorpore temáticas recentes, ela pouco avança em alguns de seus delineamentos, como é o caso da justiça climática, que tem seu foco na vulnerabilidade de determinados grupos e destinos às mudanças do clima, mas sem a menção aos impactos que poderão surgir nos processos de transição rumo à neutralidade nas emissões (Scott & Gössling, 2022; Rastegar & Ruhanen, 2023). Para além da mencionada declaração, Rastegar e Ruhanen (2023), evidenciaram que é preciso observar a transição do turismo para um cenário de neutralidade por uma lente sistêmica, em que se percebem as interconexões e as interdependências das decisões a serem tomadas e as suas consequências e efeitos (inclusive os adversos) para as diferentes partes interessadas, sobretudo para as comunidades.

A regeneração do turismo também foi cunhada diretamente no documento, inserida enquanto um passo fundamental para a ação climática. No entanto, apesar da primazia no assunto, é necessário observar que nesse documento a recomendação é abordada de modo superficial. Ou seja, sem considerar que os processos regenerativos exigem uma abordagem profunda e holística, que questionem e rompam com a *práxis*, as estruturas e os valores em torno do turismo convencional, e que permita a instauração de nova centralidade e da distribuição de novos papéis para as partes interessadas, que motivem, por exemplo, o estabelecimento de relações recíprocas e benéficas entre visitantes e visitados (Bellato, et al., 2022). Não faz parte do escopo de todas as declarações climáticas e demais atos que envolvam as lideranças tradicionais do setor o rompimento com seus próprios poderes e a emergência de novas vozes, saberes e partícipes dos processos decisórios do turismo.

Outro ponto em que a declaração apresentada em Glasgow é pouco enfática está na atenção aos papéis dos consumidores enquanto catalisadores dos processos de mudança, algo já delineado na declaração anterior, quando foram ofertadas recomendações específicas a cada uma das partes interessadas do turismo, dentre estas partes, os próprios turistas (Higham et al., 2022). A Declaração de Davos (2007), por exemplo, apela para que os turistas devam ser incentivados em suas escolhas a considerarem os impactos de suas viagens e atividades no destino ao clima, reduzindo ou compensando a sua pegada de carbono<sup>4</sup>; essa declaração ainda insere o desenvolvimento de programas de sensibilização e educação envolvendo as diferentes partes interessadas, incluindo os turistas, algo que o texto de Glasgow negligencia.

Também pode ser apresentado como entrave para a efetividade desse instrumento e, mais que isso, para todo o processo de descarbonização do turismo, a articulação entre as escala global e os cenários locais e aplicados. Assim, é preciso reconhecer que as orientações e os discursos normativos das instâncias globais podem sofrer resistências ou não serem considerados pelas estruturas de poder e os agentes compõem os cenários locais (Rastegar & Ruhanen, 2023). Então, a partir das considerações dos autores, coloca-se como desafio o acolhimento das demandas locais e o envolvimento desses atores no processo de formulação das ações para uma transição justa rumo ao turismo neutro em carbono.

Ainda de modo abrangente, é imperativo considerar que o sucesso de Glasgow em favor de uma prática turística neutra em carbono e que esteja preparada para os desafios e limitações impostos pela crise climática envolve questões mais profundas,

<sup>4</sup> Conforme Yang et al. (2022), a pegada de carbono se refere ao consumo de carbono realizado por um indivíduo ou grupo em suas viagens, o que inclui emissões diretas em setores específicos do turismo (alojamento, transporte e restauração) e emissões indiretas, aquelas que são provenientes da produção de bens adquiridos por turistas em suas viagens.



como o seu próprio alicerce numa visão paradigmática que preza pelo crescimento contínuo do fluxo de visitação global (Becken, 2019). Para a autora, que elencou diferentes causas que podem barrar o avanço da descarbonização no turismo, a essência eminentemente capitalista-neoliberal e os interesses individuais das partes interessadas que promovem o fenômeno turístico pode barrar o avanço de ações em favor de uma prática turística neutra em carbono. Becken (2019) ainda defende a reorientação do turismo para que seus resultados sejam medidos para além do crescimento econômico ao incorporar indicadores e medidas de bem-estar e prosperidade, caso o fenômeno e suas lideranças queiram agir em torno de sua real descarbonização.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível afirmar que, ainda que tardiamente, a Declaração de Glasgow busca repactuar, agora com novas evidências e dimensões, os compromissos estabelecidos pelos “*players*” do turismo mundial em torno da questão ambiental e climática. No entanto, diferente das duas declarações anteriores, ela está situada num cenário de maiores tensões, complexidades, vulnerabilidades e urgências. Assim, embora as expectativas em torno de um documento que firma compromissos fundamentais para o futuro do fenômeno turístico sejam altas, é importante reconhecer que as críticas e o ceticismo em sua operacionalização eficaz também se situam num patamar significativo.

De todo modo, o seu sucesso e efetividade dependerão de diferentes variáveis, para além da capacidade de seus proponentes e signatários em cumprir os seus objetivos e metas acordadas e da divulgação dos seus resultados para a sociedade. É preciso que cada um de seus passos (medir, descarbonizar, regenerar, colaborar e financiar) seja implementado e acompanhado global, nacional, localmente e individualmente, a partir também de um amplo esforço das entidades governamentais do turismo nas diferentes esferas, das entidades representativas e com o apoio da academia e do terceiro setor.

Este trabalho buscou compreender o posicionamento do setor turístico global nos esforços para a sua descarbonização por meio de atos declaratórios, a exemplo da declaração lançada na COP26, em Glasgow. No entanto, reforça-se a necessidade de análise dos papéis e da influência de medidas como esta no contexto do turismo nacional, em que diálogos e ações em favor do clima têm sido recentemente propostos, e algumas organizações já demonstram alinhamento e preocupação com a mitigação e a adaptação climática.

## AGRADECIMENTO

Este trabalho foi realizado com apoio da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), que concedeu afastamento em regime parcial ao primeiro autor para realização de curso de pós-graduação *Stricto Sensu* (doutorado).



## REFERÊNCIAS

Agência Brasil. (2021, October 31). Presidente da COP diz que reunião é última chance para meta climática. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2021-10/presidente-da-cop-diz-que-reuniao-e-ultima-chance-para-meta-climatica>

Becken, S. (2019). Decarbonising tourism: Mission impossible? *Tourism Recreation Research*, 44(4), 419–433. <https://doi.org/10.1080/02508281.2019.1598042>

Bellato, L., Frantzeskaki, N., Fiebig, C. B., Pollock, A., Dens, E., & Reed, B. (2022). Transformative roles in tourism: Adopting living systems' thinking for regenerative futures. *Journal of Tourism Futures*, 8(3), 312–329. <https://doi.org/10.1108/JTF-11-2021-0256>

Berchin, I., & Carvalho, A. (2016). O papel das conferências internacionais sobre o meio ambiente para o desenvolvimento dos regimes internacionais ambientais: de Estocolmo a Rio +20.

Brasil. Ministério do Meio Ambiente (MMA). (20xx). *Protocolo de Quioto*. <https://antigo.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/protocolo-de-quioto.html>

Higham, J., Font, X., & Wu, J. (2021). Code red for sustainable tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 30(1), 1-13. <https://doi.org/10.1080/09669582.2022.2008128>

IPCC. (2021). *Summary for Policymakers. In: Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change* [Masson-Delmotte, V., P. Zhai, A. Pirani, S.L. Connors, C. Péan, S. Berger, N. Caud, Y. Chen, L. Goldfarb, M.I. Gomis, M. Huang, K. Leitzell, E. Lonnoy, J.B.R. Matthews, T.K. Maycock, T. Waterfeld, O. Yelekçi, R. Yu, and B. Zhou (eds.)]. In Press.

Jones, P. (2023). Towards Net-Zero Emissions in the Global Tourism Industry. *Athens Journal of Tourism*, 10(2), 125–136. <https://doi.org/10.30958/ajt.10-2-3>

Martine, G., & Alves, D.. (2019). Disarray in Global Governance and Climate Change Chaos. *Revista Brasileira de Estudos de População*. 36. 1-30. <https://doi.org/10.20947/S102-3098a0075>

Oliveira, L. D. de. (2022). Cinquenta anos das Conferências Ambientais da Organização das Nações Unidas: qual é o legado para as condições de saúde humana? *Cadernos De Saúde Pública*, 38(12), e00130522. <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT130522>

One Planet Sustainable Tourism Programme. (2021). *Glasgow Declaration Climate Action in Tourism: a Commitment to a Decade of Climate Action*. [https://www.oneplanetnetwork.org/sites/default/files/2022-02/GlasgowDeclaration\\_EN\\_0.pdf](https://www.oneplanetnetwork.org/sites/default/files/2022-02/GlasgowDeclaration_EN_0.pdf)



One Planet Sustainable Tourism Programme. (2021). *How the Glasgow Declaration was prepared*.

One Planet Sustainable Tourism Programme. *The Glasgow Declaration on Climate Action in Tourism*. (2023). OMT. Retrieved November 5, from <https://www.oneplanetnetwork.org/programmes/sustainable-tourism/glasgow-declaration>

Organização das Nações Unidas (ONU). (2015). Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>

Organização Mundial do Turismo (OMT). (2003) *Djerba Declaration on Tourism and Climate Change*. [https://webunwto.s3-eu-west-1.amazonaws.com/imported\\_images/30967/tunisia\\_decdjerba\\_en.pdf](https://webunwto.s3-eu-west-1.amazonaws.com/imported_images/30967/tunisia_decdjerba_en.pdf)

Organização Mundial do Turismo (OMT). (2008). *Climate Change and Tourism – Responding to Global Challenges*, UNWTO, Madrid. <https://doi.org/10.18111/9789284412341>

Organização Mundial do Turismo (OMT), & International Transport Forum (ITF). (2019). *Transport-related CO<sub>2</sub> Emissions of the Tourism Sector – Modelling Results*, UNWTO, Madrid. <https://doi.org/10.18111/9789284416660>

Rabe, B. G. (2007). Beyond Kyoto: Climate Change Policy in Multilevel Governance Systems. *Governance*, 20(3), 423–444. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0491.2007.00365.x>

Rastegar, R., & Ruhanen, L. (2023). Climate change and tourism transition: From cosmopolitan to local justice. *Annals of Tourism Research*, 100, 103565. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2023.103565>

Ripple, W. J., Wolf, C., Newsome, T. M., Gregg, J. W., Lenton, T. M., Palomo, I., Eikelboom, J. A. J., Law, B. E., Huq, S., Duffy, P. B., & Rockström, J. (2021). World scientists' warning of a climate emergency 2021. *Bioscience*, 71(9), 894–898. <https://doi.org/10.1093/biosci/biab079>

Scott, D., & Gössling, S. (2022). From Djerba to Glasgow: have declarations on tourism and climate change brought us any closer to meaningful climate action? *Journal of Sustainable Tourism*, 30(1), 199–222. <https://doi.org/10.1080/09669582.2021.2009488>

Scott, D., & Gössling, S. (2022). A review of research into tourism and climate change - Launching the annals of tourism research curated collection on tourism and climate change. *Annals of Tourism Research*, 95, 103409. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2022.103409>

*UN Climate Change and WTTC Highlight Role of Travel and Tourism in Attaining a Carbon Neutral World by 2050*. (2018, December 11). UNFCCC. Retrieved November 5, 2023.



<https://unfccc.int/news/un-climate-change-and-wttc-highlight-role-of-travel-and-tourism-in-attaining-a-carbon-neutral-world>

Veiga, J. E. d. (2013). *A desgovernança mundial da sustentabilidade* (1ªth ed.). Editora 34.

Walsh, B., Ciais, P., Janssens, I. A., Peñuelas, J., Riahi, K., Rydzak, F., Vuuren, D. P. v., & Obersteiner, M. (2017). Pathways for balancing CO<sub>2</sub> emissions and sinks. *Nature Communications*, (8), 1-12. <https://doi.org/10.1038/ncomms14856>

World Travel & Tourism Council (WTTC). (2019). *Insights from the climate and Environment Action Forum*. <https://wtcc.org/Portals/0/Documents/Reports/2019/Events-Insights%20from%20Climate%20Environment%20Action%20Forum-Sep%202019.pdf?ver=2021-02-25-182752-207>

Yang, S., Hao, Q., Wang, Y., & Zhang, C. (2022). Impact of the Participation of the Tourism Sector on Carbon Emission Reduction in the Tourism Industry. *Sustainability* 14(23): 15570. <https://doi.org/10.3390/su142315570>

### **Cronologia do Processo Editorial** *Editorial Process Chronology*

Artigo recebido via Fast Track. EITUR 2024  
Aprovado em: 03/12/2024

Article received by Fast Track. EITUR 2024 Event  
Approved in: December 03, 2024